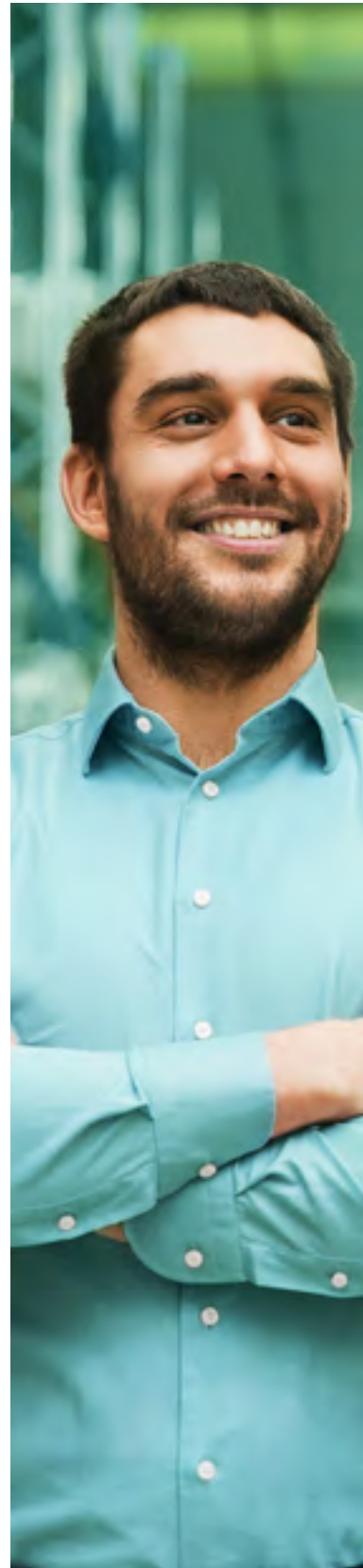




RE LA TÓ RIO anual 2019

ÍNDICE

DADOS CADASTRAIS.....	04
PONTOS DE ATENDIMENTO.....	05
PALAVRA DO PRESIDENTE.....	06
PALAVRA DO VICE-PRESIDENTE.....	07
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
INDICADORES.....	13
BALANÇO PATRIMONIAL.....	14
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	16
DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA.....	18
NOTAS EXPLICATIVAS.....	19
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	40
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	44



Dados Cadastrais

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e Região Ltda.

End.: Av. Aroeira, nº 880, Setor Aeroporto – Rubiataba – GO

CEP: 76.350-000

Fone: (62) 3325-6500

CNPJ: 73.422.792/0001-66

www.sicoobdovale.com.br

Conselho de Administração



Pedro Barbosa de Oliveira | Luís Antônio Rodrigues | Vanderval José Ribeiro (presidente) | Hélio Pedro da Silva | Enival Luiz de Queiroz | Adelmo Pinheiro Costa | Wilson Martins de Oliveira (vice-presidente) | Zita Pires de Andrade | Leonardo Marcal Nogueira

Diretoria Executiva

Diretora de Suporte Organizacional: Ana Claudia Cândida Ferreira de Castro

Diretor de Negócios: Eliel Brito da Silva Junior

Conselho Fiscal

Efetivos:

Walmir Gonçalves
Neilson Rogério dos Reis
Antônio Carlos Sobrinho

Suplentes:

Agnaldo Inácio Pereira
Cleone da Cunha Ferreira
Deusimar Mateus de Faria

PONTOS DE ATENDIMENTO

Carmo do Rio Verde

Rua Anestar Clemente Silva, nº 05, Centro – Carmo do Rio Verde

Fone: (62) 3337-6214

Porangatu

Rua 05, nº 19, Lt. 01/14, Centro – Porangatu

Fone: (62) 3367-1112

Itaberaí – GO

Rua 22, nº 23, quadra 34, lote 02, Vila Leonor– Itaberaí

Fone: (62) 3375-3313

Faina – GO

Rua Ferreira Avelar Qd. 01, Lt. 05, Setor Central – Faina

Fone: (62) 3386-1489 / 9257-6801

Itapuranga

Rua 47, nº 939, Centro – Itapuranga

Fone: (62) 3325-1290

Jussara

Rua professor Ferreira, Vila São Francisco – Jussara

Fone: (62) 99809-5693

São Luiz do Norte

Av. Lauzimar de Oliveira, s/n, Qd.18, Lt.20, Centro – São Luiz do Norte

Fone: (62) 3346-6156

Taquaral de Goiás

Rua 1º de maio, nº 684, Centro – Taquaral de Goiás

Fone: (62) 3384-1203




PALAVRA DO PRESIDENTE



O mundo econômico financeiro passa por transformações assertivas, porém, pesado o bastante para nos levar a repensar o sistema Cooperativo, diminuindo custo, buscando receitas novas. O Brasil através do Banco Central nosso órgão regulador, toma medidas pesadas para alinhar nossas entidades atuantes na área financeira. Nossa moeda perde seu valor em relação as principais economias do Mundo. O Banco Central remodela sua economia brasileira nos levando a patamares de juros jamais vistos em nosso país. Crescemos em segurança em controle perdemos em geração de receitas.

Projetamos em nosso planejamento estratégico, gerar receitas em torno de quatro a cinco milhões. Nós alcançamos nosso objetivo, porém, com nova classificação de risco, levando em conta todo o endividamento do cooperado no mercado financeiro, o provisionamento levou nosso resultado. Não há perdas em provisionar, mas temos que utilizar nossos resultados para cobrir a classificação de risco de cada cooperado, exigida pelo Banco



Central. O tempo trará esse resultado de volta aos cofres da cooperativa de forma gradativa, somando esses volumes as sobras futuras, na chamada reversão de provisionamento de risco. Tivemos um crescimento excelente da nossa base de cooperados de 36% referente ao último ano; ampliamos nossos postos de atendimento, o que nos proporcionou o aumento da base de cooperados, abrindo oportunidade de trabalharmos produtos e serviços, bem como, ampliarmos nossos negócios. No mundo de Selic de 3% a.a com perspectiva de chegar a 1,5% a.a. Com a tendência de baixa da taxa referencial de juro é fundamental estreitar relacionamento com o cooperado para sobrevivermos a esse momento de reabilitação e mudanças. A criatividade é a arma essencial para a continuidade de nossa cooperativa, buscando baixar custos e otimizar o que temos, garantindo novas receitas. Nossa cooperativa se consolidou como uma instituição com apego ao profissionalismo de nossos colaboradores, dirigentes e cooperados.

Alcançamos um nível de representatividade bastante expressivo, com assento na Vice-presidência do Sicoob Goiás Central e assento no Conselho Fiscal do Bancoob. Continuamos com assento junto a OCB-GO pelo quarto mandato.

É extremamente necessário tomar medidas internas duras em relação aos custos, pois, o que está por vir com ação devastadora do Coronavírus, terá efeitos negativos no produto interno bruto –PIB, bem como a ciranda financeira terá dificuldades de recomeçar. A economia Mundial sofre um desarranjo, sem precedentes, atingindo a todos indistintamente. É bastante visível o impacto sofrido por todas as economias mundiais. É preciso cautela, ações cabíveis e acima de tudo e de todos, voltar nossos olhos e pensamentos para existência do ser humano. Neste momento este vírus mostra um nivelamento das pessoas, independentemente de cor e raça, ricos e pobres. Numa demonstração da nossa pequenez.

A história de todos nós sempre tem um início, um meio e um fim. A minha começou a 27 anos atrás, na luta para constituição do Sicoob do vale. Com muita honra, estou a frente, como presidente do Sicoob do Vale a oito mandatos, 24 anos. Por motivos pessoais, éticos, e sentimento claro de proteger nossa cooperativa encerro minha passagem pelo Sicoob do Vale, dando a oportunidade para que outras pessoas possam realizar seus sonhos, assumindo a presidência de nossa cooperativa, inovando, buscando novos rumos com maior qualidade garantindo a continuidade da nossa cooperativa.

Um novo presidente, novas ideias com empreendedorismo e assertividade em favor do cooperado, abro caminho para que tão a esperada sucessão aconteça.

Neste caminho que trilhei, deixo o legado alicerçado com honra e respeito às economias de nossos associados e familiares que a mim, ao conselho, diretores e colaboradores foram confiadas. Zelamos com rigor do rico dinheiro de nossos cooperados. Ao futuro conselho desejo que tudo dê certo. Que Deus permita muito sucesso. Um abraço a todos! Meu muito obrigado por tudo que fizeram por mim nestes 24 anos!

“Um legado alicerçado com honra e respeito”

PALAVRA DO VICE-PRESIDENTE

Encerramos o ano de 2019 com o pensamento voltado para uma necessidade constante de uma reflexão dos tópicos diretamente relacionados à nossa razão de existir, com razoável potencial de gerar e preservar valores ao nosso modelo de negócios cooperativo e garantir a perenidade do Sicoob do Vale. Estamos também comprometidos em difundir o cooperativismo como instrumento de educação financeira com soluções financeiras mais justa para a população.

O ano de 2019 foi atípico e passamos por muitas turbulências. Embora não alcançando resultados planejados, registramos o cumprimento da nossa missão, difundimos a cooperação e intensificando o nosso modelo de negócios.

Em 2020, iniciaremos um novo ciclo estratégico, continuaremos mantendo nosso foco na entrega de valor aos cooperados e às comunidades, a partir de uma gestão técnica e um rígido controle dos objetivos relacionados à melhoria da eficiência e demais metas estratégicas, definidas pelo nosso Conselho de Administração, com vistas a cumprir o nosso propósito de gerar prosperidade, igualmente para todos nossos cooperados. Não é novidade que uma guerra comercial ainda mais agressiva, já está em curso se avizinha ainda mais. Identificamos sinais claros de que o cenário nos obriga a termos maior cautela para a perenidade da nossa instituição. Portanto, precisaremos ainda de mais empenho de todos.

Como ressalta o nosso presidente Vanderval José Ribeiro, “toda história tem começo, meio e fim”. Todavia, somos sabedores de que a sua história, Senhor Vanderval, com o Sicoob do Vale e Sicoob Goiás Central encerrará um ciclo, mas não terá fim, pois já está gravada e se confunde com a própria história do cooperativismo goiano. Como pessoa integrante de parte de sua trajetória no Sicoob do Vale, por três anos no Conselho Fiscal e doze no Conselho de Administração, afirmo que a sua dedicação e atuação deixarão marcas que jamais serão apagadas. O momento é muito difícil pois a economia não está favorável, mas com as bênçãos de Deus e com o apoio de todos, o novo Conselho tomará o rumo certo para continuarmos um trabalho, iniciado há 27 anos, e alcançar cada dia voos ainda mais altos.

PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES DO SICOOB

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES

- Liderança Responsável
- Cooperativismo e Sustentabilidade
- Ética e Integridade
- Excelência e Eficiência
- Respeito e Valorização das Pessoas
- Inovação e Simplicidade

CONHEÇA OS PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS PELAS COOPERATIVAS DO SICOOB

O Sicoob do Vale oferece todos os produtos e serviços financeiros, só que de um jeito bem diferente: ele compartilha os resultados com os cooperados, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.



Pessoa Física

- Contas
- Cartões
- Crédito
- Investimentos
- Previdência
- Seguros
- Consórcios
- Serviços



Pessoa Jurídica

- Contas
- Cartões
- Crédito
- Investimentos
- Seguros
- Consórcios
- Serviços
- Pagamentos
- Recebimentos



Agronegócio

- Investimento
- Custeio
- Comercialização
- Industrialização



Canais de atendimento

- Rede de agências
- Correspondentes
- Caixas eletrônicos



Aplicativos e canais digitais

- Internet Banking
- Redes sociais
- Sicoob (App)

Acesse sua conta ou a conta da sua empresa e realize diversas transações financeiras direto do seu celular

- Faça Parte (App)

Abra sua conta de um jeito 100% digital e tenha acesso a produtos e serviços financeiros com vantagens especiais

- Sicoob Mapas (App)

Envie de forma simples, rápida e segura, os pontos que formam a área do agronegócio (gleba) a ser financiada pela cooperativa

- Moob (App)

Tenha acesso aos principais dados da sua cooperativa, receba e gerencie convites para eventos, negocie bens publicados e muito mais

- Coopcerto (App)

Consulte saldo, extrato e pesquise a rede de aceitação para os cartões de benefícios Coopcerto

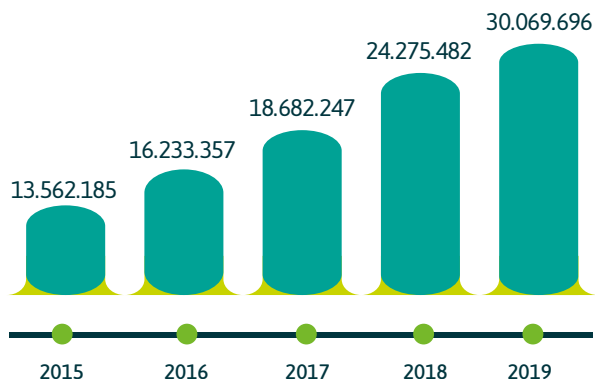
**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINDO EM
31.12.2019 E 31.12.2018**



Indicadores

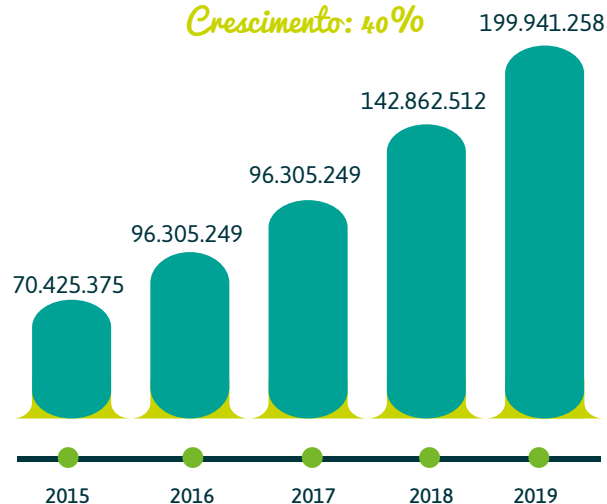
CAPITAL SOCIAL

Crescimento: 24%



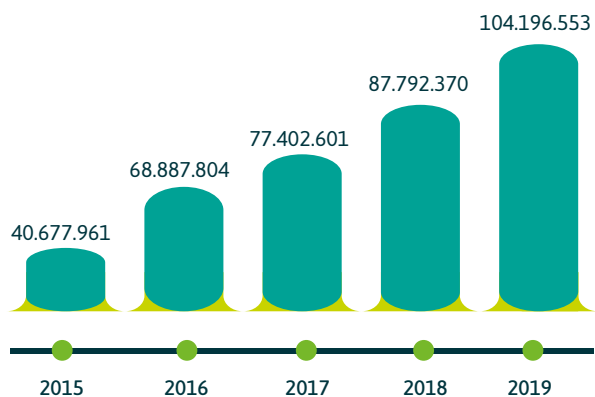
ATIVOS

Crescimento: 40%



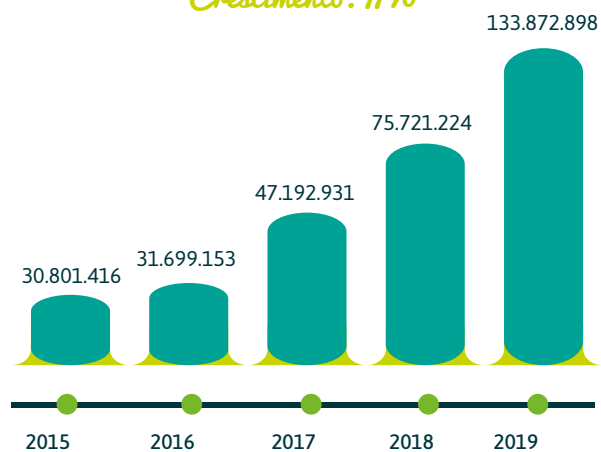
DEPÓSITOS TOTAIS

Crescimento: 19%



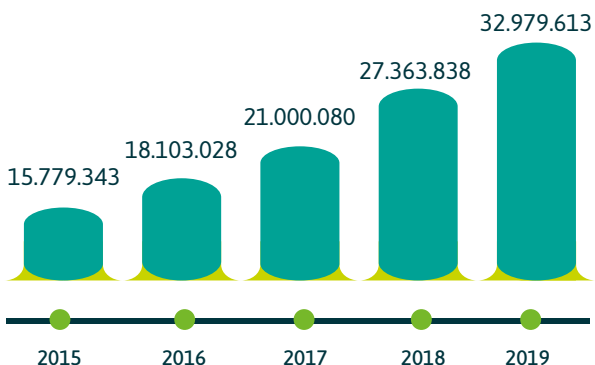
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Crescimento: 77%



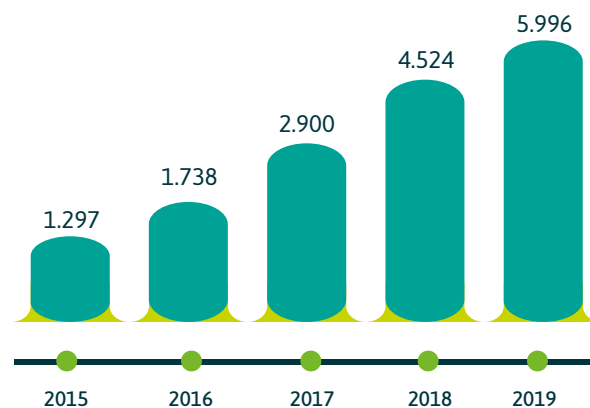
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Crescimento: 21%



ASSOCIADOS

Crescimento: 33%



Balço Patrimonial Exercícios 2019 - 2018

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	122.100.360,99	95.917.718,79
Disponibilidades (Nota 4)	6.534.474,88	3.540.933,08
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	43.640.351,07	49.075.628,23
Centralização Financeira	43.640.351,07	49.075.628,23
Operações de Crédito (Nota 6)	70.485.615,63	42.662.163,06
Operações de Crédito - Setor Privado	74.286.204,47	44.600.255,06
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.800.588,84)	(1.938.092,00)
Outros Créditos (Nota 7)	476.148,20	392.623,64
Avais e Fianças	386.134,48	-
Rendas a Receber	20.364,44	13.348,79
Diversos	344.244,99	379.274,85
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(274.595,71)	-
Outros Valores e Bens (Nota 8)	963.771,21	246.370,78
Outros Valores e Bens	471.976,35	58.807,90
Despesas Antecipadas	491.794,86	187.562,88
Não Circulante	77.840.896,60	46.944.793,03
Operações de Crédito (Nota 6)	63.387.282,13	33.059.061,06
Operações de Crédito - Setor Privado	68.061.117,18	33.778.416,06
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.673.835,05)	(719.355,00)
Outros Créditos (Nota 7)	215.540,92	215.540,92
Diversos	215.540,92	215.540,92
Investimentos (Nota 9)	8.984.863,49	8.183.929,58
Ações e Cotas	8.984.863,49	8.183.929,58
Imobilizado (Nota 10)	4.738.432,40	3.314.216,66
Outras Imobilizações de Uso	6.428.505,32	4.589.232,07
(-) Depreciações Acumuladas	(1.690.072,92)	(1.275.015,41)
Intangível	514.777,66	2.172.044,81
Softwares	1.043.254,53	2.457.882,17
(-) Amortizações Acumuladas	(528.476,87)	(285.837,36)
Total do Ativo	199.941.257,59	142.862.511,82

Balço Patrimonial Exercícios 2019 - 2018

PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	146.926.794,28	101.688.851,34
Depósitos (Nota 11)	94.241.782,74	82.156.158,90
Depósitos à Vista	47.304.623,74	35.563.851,31
Depósitos sob Aviso	14.951,04	14.060,90
Depósitos à Prazo	46.922.207,96	46.578.246,69
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imob. Hipot. e Deb. (Nota 11.1)	9.954.770,36	5.636.211,71
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio	9.954.770,36	5.636.211,71
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	21.465.216,08	9.288.953,00
Repasse Interfinanceiros	21.465.216,08	9.288.953,00
Relações Interdependências (Nota 13)	2.520.000,00	1.615.015,00
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.520.000,00	1.615.015,00
Obrigações por Repasses	14.780.991,18	-
Obrigações por Repasses no País	14.780.991,18	-
Bancoob (Consignado)	3.709,59	-
Recursos do Bancoob (Nota 12)	14.777.281,59	-
Outras Obrigações (Nota 14)	3.964.033,92	2.992.512,73
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	56.208,85	25.378,32
Sociais e Estatutárias (Nota 14.1)	686.109,70	437.103,61
Fiscais e Previdenciárias (Nota 14.2)	293.504,99	251.572,65
Diversas (Nota 14.3)	2.928.210,38	2.278.458,15
Não Circulante	20.034.850,09	13.809.822,36
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	19.788.190,80	13.578.163,07
Repasse Interfinanceiros	19.788.190,80	13.578.163,07
Outras Obrigações (Nota 14)	246.659,29	231.659,29
Diversas	246.659,29	231.659,29
Patrimônio Líquido (Nota 15)	32.979.613,22	27.363.838,12
Capital Social	30.069.696,29	24.275.481,76
Reserva de Lucros	2.790.807,08	2.659.696,11
Lucros ou Perdas Acumuladas	119.109,85	428.660,25
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	199.941.257,59	142.862.511,82
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>		

Demonstração de Resultado do Exercício 2019 - 2018 e 2º sem-2019

Descrição	2º SEM - 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira	10.795.497,65	19.897.343,08	13.485.268,63
Resultado com operações de crédito (Nota 17)	10.773.617,15	19.858.154,26	13.416.032,34
Resultado de aplicações compulsórias	21.880,50	39.188,82	69.236,29
Despesas da Intermediação Financeira (Nota 18)	(7.293.576,83)	(12.951.383,38)	(6.613.042,96)
Operações de captação no mercado (Nota 11)	(1.668.787,45)	(3.291.687,74)	(2.898.133,22)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 12)	(1.781.009,42)	(2.692.827,37)	(1.251.623,65)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.843.779,96)	(6.966.868,27)	(2.463.286,09)
Resultado bruto da intermediação financeira	3.501.920,82	6.945.959,70	6.872.225,67
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.880.037,55)	(5.540.175,53)	(4.352.793,45)
Receitas de prestação de serviços (Nota 19)	1.342.576,49	2.282.565,02	1.480.606,86
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20)	1.318.409,17	2.304.241,95	1.510.183,45
Despesas de pessoal (Nota 21)	(3.355.724,79)	(6.395.591,77)	(5.431.351,36)
Outras despesas administrativas (Nota 22)	(3.846.724,27)	(7.055.794,10)	(5.164.974,67)
Despesas Tributárias	(114.478,23)	(203.811,22)	(98.278,90)
Outras Receitas Operacionais (Nota 23)	997.921,73	2.031.897,38	991.315,88
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (Nota 5)	1.274.890,19	2.531.586,36	2.994.390,01
Outras Despesas Operacionais (Nota 24)	(496.907,84)	(1.035.269,15)	(634.684,72)
Resultado operacional	621.883,27	1.405.784,17	2.519.432,22
Resultado não operacional (Nota 25)	(29.493,22)	(4.350,19)	16.642,69
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	592.390,05	1.401.433,98	2.536.074,91
Imposto de renda e contribuição social	(235.024,44)	(407.849,15)	(153.786,38)
Imposto de Renda	(141.761,89)	(245.905,72)	(81.822,62)
Contribuição Social	(93.262,55)	(161.943,43)	(71.963,76)
Participação nas sobras	357.365,61	993.584,83	2.382.288,53
Juros sobre o capital próprio (Nota 16)	(540.922,34)	(540.922,34)	(1.192.704,94)
Sobras Líquidas após JCP	(183.556,73)	452.662,49	1.189.583,59
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>			

Demonstração Mutações do Patrimônio Líquido 2019 - 2018

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
		FUNDO DE RESERVA	FUNDO P/ AUM. CAPITAL		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2018	18.682.247,00	1.802.375,61	257.729,00	257.729,00	21.000.080,61
DESTINAÇÃO DE SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:					
- Por Incorporação de Sobras Conforme AGO	257.729,00			(257.729,00)	-
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Reservas (Fundo para aumento de capital)	257.729,00		(257.729,00)		-
- Por Integralizações	4.806.942,00				4.806.942,00
- Incorporação de Juros ao Capital	1.146.064,00			(1.192.704,94)	(46.640,94)
OUTROS EVENTOS:					
- Devoluções de Capital	(875.229,24)				(875.229,24)
- Utilização de Recursos do FATES				239.284,16	239.284,16
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (ANTES DOS JUROS AO CAPITAL)				2.382.288,53	2.382.288,53
DESTINAÇÕES:					
- FATES				(142.887,00)	(142.887,00)
- Fundo de Reserva		571.547,00		(571.547,00)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			285.773,50	(285.773,50)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2018	24.275.481,76	2.373.922,61	285.773,50	428.660,25	27.363.838,12
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.593.234,76	571.547,00	28.044,50	170.931,25	6.363.757,51
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2019	24.275.481,76	2.373.922,61	285.773,50	428.660,25	27.363.838,12
DESTINAÇÃO DE SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:					
- Por Incorporação de Sobras (2018)	423.629,86			(423.629,86)	-
- Cotas de Capital a Devolver - Ex associados			(3.353,60)	(5.030,39)	(8.383,99)
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Reservas (Fundo para aumento de capital)	282.419,90		(282.419,90)		-
- Por Integralizações	5.669.503,82				5.669.503,82
- Incorporação de Juros ao Capital (Líquido IRRF)	530.972,52			(540.922,34)	(9.949,82)
OUTROS EVENTOS:					
- Devoluções de Capital	(1.112.311,57)				(1.112.311,57)
- Utilização de Recursos do FATES				142.886,75	142.886,75
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (ANTES DOS JUROS AO CAPITAL)				993.584,83	993.584,83
DESTINAÇÕES:					
- FATES				(59.554,92)	(59.554,92)
- Fundo de Reserva		297.774,62		(297.774,62)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			119.109,85	(119.109,85)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2019	30.069.696,29	2.671.697,23	119.109,85	119.109,85	32.979.613,22
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.794.214,53	297.774,62	(166.663,65)	(309.550,40)	5.615.775,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Fluxo de Caixa 2019 - 2018

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras/(perdas) líquidas antes do IRPJ E CSLL	1.401.433,98	2.536.074,91
Ajustes as sobras/perdas líquidas (não afetaram o caixa)	7.310.965,84	1.720.174,95
Provisão para Operações de Crédito	6.966.868,27	2.463.286,09
Provisão de Juros ao Capital	(540.922,34)	(1.192.704,94)
Despesas de depreciação e amortização	885.019,91	449.593,80
Aumento (redução) em ativos operacionais	(65.919.466,90)	(29.489.254,44)
Operações de crédito	(65.118.541,91)	(30.991.578,24)
Outros créditos	(83.524,56)	1.573.283,84
Outros valores e bens	(717.400,43)	(70.960,04)
Aumento (redução) em passivos operacionais	51.138.453,35	18.938.578,52
Depósitos	12.085.623,84	4.753.557,81
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	4.318.558,65	1.419.853,36
Relações Interdependências	19.291.275,81	12.620.888,37
Obrigações por empréstimos e repasses	14.780.991,18	-
Outras obrigações	1.069.853,02	298.065,36
IRPJ / CSLL (Pagos)	(407.849,15)	(153.786,38)
1 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(6.068.613,73)	(6.294.426,06)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	(800.933,91)	(2.264.732,94)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.066.596,14)	(1.889.220,43)
Aplicação de Ativo Intangível	1.414.627,64	(1.965.997,13)
2 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.452.902,41)	(6.119.950,50)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento por novas integralizações de capital	5.669.503,82	4.806.942,00
Devoluções de Capital	(1.120.695,56)	(875.229,24)
Subscrição de Juros ao Capital	530.972,52	1.146.064,55
3 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	5.079.780,78	5.077.777,31
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA (SOMATÓRIO 1 + 2 + 3)	(2.441.735,36)	(7.336.599,25)
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(2.441.735,36)	(7.336.599,25)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	52.616.561,31	59.953.160,56
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	50.174.825,95	52.616.561,31
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.</i>		

**NOTAS
EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO FINDO EM
31.12.2019 E 31.12.2018**



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

1) Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA - SICOOB DO VALE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/09/1993**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB DO VALE** possui **8** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CARMO DO RIO VERDE - GO, PORANGATU - GO, ITABERAÍ - GO, FAINA - GO, ITAPURANGA - GO, JUSSARA - GO, SÃO LUIZ DO NORTE - GO, TAQUARAL DE GOIÁS - GO.**

O **SICOOB DO VALE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos

contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

A partir de 01/07/2019 a contabilidade da singular foi centralizada na **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL**, havendo a partir dessa data transferência de responsabilidade técnica, conforme termo assinado pela administração e os responsáveis anterior e atual.

3) Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2019** foram feitas reavaliação dos bens não de uso próprio havendo indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2019.

4) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Numerário em Trânsito	6.534.474,88	3.540.933,08
Relações interfinanceiras - centralização financeira	43.640.351,07	49.075.628,23
TOTAL	50.174.825,95	52.616.561,31

5) Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez representavam respectivamente R\$ 43.640.351,07 (quarenta três milhões seiscentos e quarenta mil trezentos e cinquenta um reais e sete centavos) e R\$ 49.075.628,23 (quarenta nove milhões setenta cinco mil seiscentos e vinte oito reais e vinte três centavos).

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 2.531.586,36 (dois milhões quinhentos e trinta um mil, quinhentos e oitenta seis reais e trinta seis centavos) e R\$ 2.994.390,01 (dois milhões novecentos e noventa quatro mil, trezentos e noventa reais e um centavo), com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.

6) Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	35.693.541,80	27.830.148,95	63.523.690,75	29.020.236,71
Financiamentos	9.151.101,77	16.371.213,82	25.522.315,59	13.347.632,85
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	29.441.560,90	23.859.754,41	53.301.315,31	36.010.801,14
Total de Operações de Crédito	74.286.204,47	68.061.117,18	142.347.321,65	78.378.670,70
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.800.588,84)	(4.673.835,05)	(8.474.423,89)	(2.657.446,58)
TOTAL	70.485.615,63	63.387.282,13	133.872.897,76	75.721.224,12

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal							
A	0,50%	Normal	19.926.974,60	7.766.238,21	16.202.306,64	43.895.519,45	(219.477,60)	31.890.286,50	(159.451,43)
B	1%	Normal	15.122.472,16	9.003.197,23	16.769.277,27	40.894.946,66	(408.949,47)	26.695.181,12	(266.951,81)
B	1%	Vencidas	105.021,33	91.797,53	-	196.818,86	(1.968,19)	57.987,29	(579,87)
C	3%	Normal	11.207.544,14	5.376.096,58	9.017.855,81	25.601.496,53	(768.045,17)	12.983.971,01	(389.519,39)
C	3%	Vencidas	113.663,58	354.040,44	138.514,84	606.218,86	(18.186,57)	505.686,28	(15.170,59)
D	10%	Normal	2.860.798,57	676.520,49	1.231.858,64	4.769.177,70	(476.917,77)	2.024.884,57	(202.488,46)
D	10%	Vencidas	992.732,42	95.449,17	15.679,77	1.103.861,36	(110.386,14)	70.440,83	(7.044,08)
E	30%	Normal	169.793,74	222.292,27	-	392.086,01	(117.625,80)	720.037,02	(216.011,11)

E	30%	Vencidas	533.751,75	3.777,01	-	537.528,76	(161.258,63)	158.044,32	(47.413,30)
F	50%	Normal	589.532,50	102.957,65	1.349.356,26	2.041.846,41	(1.020.923,21)	109.213,06	(54.606,53)
F	50%	Vencidas	251.966,12	289.468,63	-	541.434,75	(270.717,38)	216.057,16	(108.028,58)
G	70%	Normal	538.220,26	31.241,68	-	569.461,94	(398.623,36)	21.378,16	(14.964,71)
G	70%	Vencidas	425.619,20	42.909,85	-	468.529,05	(327.970,33)	319.267,55	(223.487,28)
H	100%	Normal	1.557.380,88	14.609,83	1.314.479,28	2.886.469,99	(2.886.469,99)	371.778,43	(371.778,43)
H	100%	Vencidas	852.229,82	56.861,57	377.812,89	1.286.904,28	(1.286.904,28)	579.951,01	(579.951,01)
Total Normal			60.248.706,53	24.588.011,39	52.769.307,81	137.606.025,73	(6.297.032,37)	76.471.236,26	(1.675.771,87)
Total Vencidos			3.274.984,22	934.304,20	532.007,50	4.741.295,92	(2.177.391,52)	1.907.434,44	(981.674,71)
Total Geral			63.523.690,75	25.522.315,59	53.301.315,31	142.347.321,65	(8.474.423,89)	78.378.670,70	(2.657.446,58)
Provisões			(4.693.010,63)	(766.293,59)	(3.015.119,67)	(8.474.423,89)		(2.657.446,58)	
Total Líquido			58.830.680,12	24.756.022,00	50.286.195,64	133.872.897,76		75.721.224,12	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	19.843.080,09	15.850.461,71	27.830.148,95	63.523.690,75
Financiamentos	2.635.591,88	6.515.509,89	16.371.213,82	25.522.315,59
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	4.300.966,88	25.140.594,02	23.859.754,41	53.301.315,31
TOTAL	26.779.638,85	47.506.565,62	68.061.117,18	142.347.321,65

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Sector Privado - Comércio	4.802.368,03	2.109.822,74	127.078,71	7.039.269,48	5%
Sector Privado - Indústria	79.214,64	0,00	0,00	79.214,64	0%
Sector Privado - Serviços	25.158.391,32	10.816.977,34	98.428,69	36.073.797,35	25%
Pessoa Física	31.250.092,33	12.281.352,50	52.999.754,68	96.531.199,51	68%
Outros	2.233.624,43	314.163,01	76.053,23	2.623.840,67	2%
TOTAL	63.523.690,75	25.522.315,59	53.301.315,31	142.347.321,65	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(2.657.446,58)	(910.023,00)
Constituições/Reversões	(6.601.607,18)	(2.518.492,58)
Transferência para prejuízo	784.629,87	771.069,00
TOTAL	(8.474.423,89)	(2.657.446,58)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.892.697,91	1,00%	1.299.175,92	2,00%
10 Maiores Devedores	14.939.456,75	10,00%	9.900.691,47	13,00%
50 Maiores Devedores	44.171.782,43	31,00%	27.926.265,05	36,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	2.147.755,95	2.151.741,00
Valor das operações transferidas no período	(784.629,87)	(771.069,05)
Valor das operações recuperadas no período	1.106.295,69	767.084,00
TOTAL	2.469.421,77	2.147.755,95

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** o saldo das operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 3.265.812,47** (três milhões duzentos sessenta cinco mil, oitocentos e doze reais e quarenta e sete centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7) Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	386.134,48	-	-	-
Rendas a Receber	20.364,44	-	13.348,79	-
Serviços prestados a receber	16.591,40	-	11.807,27	-
Outras rendas a receber	3.773,04	-	1.541,52	-
Diversos	344.244,99	215.540,92	379.274,85	215.540,92
Adiantamentos e antecipações salariais	12.977,76	-	15.326,84	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	43.310,87	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	2.138,90	-	74.859,30	-
Devedores por depósitos em garantia (b)	-	215.540,92	-	215.540,92
Títulos e créditos a receber	111.564,39	-	61.266,84	-
Devedores diversos - país (c)	174.253,07	-	227.821,87	-
(-) Provisões para outros créditos	(274.595,71)	-	-	-
(-) Com características de concessão de crédito (d)	(274.595,71)	-	-	-
TOTAL	476.148,20	215.540,92	392.623,64	215.540,92

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para caucionar possíveis perdas em processo movido contra a fazenda nacional em questionamento à incidência do COFINS sobre Atos Cooperativos.

(c) Refere-se basicamente a pendências a regularizar (caixa e Bancoob) até 30/06/2020.

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honrados	Provisões
de Risco / Situação				31/12/2019
E	30%	Normal	27.364,67	(8.209,45)
E	30%	Vencidas	14.085,45	(4.225,64)
F	50%	Normal	8.954,69	(4.477,35)
F	50%	Vencidas	112.845,98	(56.422,99)
G	70%	Normal	21.145,60	(14.801,92)
G	70%	Vencidas	50.932,44	(35.652,71)
H	100%	Vencidas	150.805,65	(150.805,65)
Total Normal			57.464,96	(27.488,72)
Total Vencidos			328.669,52	(247.106,99)
Total Geral			386.134,48	(274.595,71)
Provisões			(274.595,71)	
Total Líquido			111.538,77	

8) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.223.841,39	57.911,90
Material em Estoque	20.569,21	896,00
Despesas Antecipadas (b)	491.794,86	187.562,88
Provisões para Desvalorizações (c)	(772.434,25)	-
TOTAL	963.771,21	246.370,78

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, processamento de dados e IPTU.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

9) Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do **BANCOOB**:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	4.780.906,67	4.511.996,95
Participações inst financ controlada coop crédito	4.203.956,82	3.671.932,63
TOTAL	8.984.863,49	8.183.929,58

10) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso		4.300,00	0,00
Instalações	10%	1.705.417,22	1.389.665,96
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(351.212,14)	(194.764,39)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.274.555,22	2.010.243,21
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(757.764,01)	(612.439,68)
Sistema de Comunicação	20%	110.879,13	108.311,11
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.892.881,69	708.916,82
Sistema de Segurança	10%	190.149,57	184.602,27
Sistema de Transporte	20%	250.322,49	187.492,70
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(581.096,77)	(467.811,34)
TOTAL		4.738.432,40	3.314.216,66

11) Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	47.304.623,74		35.563.851,31	
Depósito Sob Aviso	14.951,04	1,06	14.060,90	1,06
Depósito a Prazo	46.922.207,96	0,36	46.578.246,69	0,47
TOTAL	94.241.782,74		82.156.158,90	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	3.962.643,91	4,00%	3.976.147,11	5,00%
10 Maiores Depositantes	20.946.765,10	22,00%	22.072.447,85	27,00%
50 Maiores Depositantes	44.720.929,40	47,00%	43.710.110,29	53,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(890,14)	(827,51)
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.816.278,61)	(2.627.695,23)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(397.490,19)	(269.610,48)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(77.028,80)	-
TOTAL	(3.291.687,74)	(2.898.133,22)

11.1) Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2019	Taxa média	2018	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(397.490,19)	0,33	(269.610,48)	0,43

As captações remuneradas incluem, ainda, as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA's), que são remuneradas com base na variação do CDI e cujos recursos captados são direcionados para operações de crédito rural.

12) Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Bancoob	14.777.281,59	-	-
Recursos do Bancoob	22.983.987,52	22.655.515,33	24.954.284,09
(-) Despesa a apropriar Bancoob (a)	(1.518.771,44)	(2.867.324,53)	(2.087.168,02)
TOTAL	36.242.497,67	19.788.190,80	22.867.116,07

(a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2019 o montante de R\$ 2.692.827,37 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

13) Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados (ordem de pagamento), por sua ordem em 2019 e 2018 respectivamente representados R\$ 2.520.000,00 e R\$ 1.615.015,00. Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

14) Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Trib. e Assemelhados	56.208,85	-	25.378,32	-
Sociais e Estatutárias (14.1)	686.109,70	-	437.103,61	-
Fiscais e Previdenciárias (14.2)	293.504,99	-	251.572,65	-
Diversas (14.3)	2.928.210,38	246.659,29	2.278.458,15	231.659,29
TOTAL	3.964.033,92	246.659,29	2.992.512,73	231.659,29

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	59.554,92	142.886,75
Sobras Líquidas a Distribuir	1.804,00	1.804,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	624.750,78	292.412,86
TOTAL	686.109,70	437.103,61

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	12.780,99
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	29.983,72	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	20.644,75	22.030,74
Impostos e Contribuições sobre Salários	209.665,37	159.814,31
Outros	33.211,15	56.946,61
TOTAL	293.504,99	251.572,65

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	100,31	-	100,31	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	48.885,95	-	24.573,93	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	1.090.521,52	-	1.012.087,73	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	952.008,49	-	570.247,34	-
Provisão para Passivos Contingentes	-	246.659,29	-	231.659,29
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	398.721,45	-	164.786,61	-
Credores Diversos - País	437.972,66	-	506.662,23	-
TOTAL	2.928.210,38	246.659,29	2.278.458,15	231.659,29

(a) Refere-se ao saldo de conta salário disponível para saque a realizar-se até o final do exercício de 2020.

(b) Referem-se à provisão para pagamentos de despesas de pessoal e administrativas.

(c) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 8.348.552,79 (R\$ 6.184.568,31 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15) Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	30.069.696,29	24.275.481,76
Associados	5.996	4.524

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Fundo de Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para aumento do capital social.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2019**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	452.662,49	1.189.584,00
Reversão utilização de FATES	142.886,75	239.284,25
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	595.549,24	1.428.868,25
Fundo de reserva - 50% (2019) e 40% (2018)	(297.774,62)	(571.547,00)
Fundo de aumento de capital - 20%	(119.109,85)	(285.774,00)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(59.554,92)	(142.887,00)
Sobra à disposição da Assembléia Geral	119.109,85	428.660,25

16) Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio no valor de R\$ 540.922,34 visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

17) Receitas de operações de credito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	783.749,77	565.975,23
Rendas de Empréstimos	8.781.672,70	5.373.803,45
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.302.028,20	1.716.330,45
Rendas de Financiamentos	3.406.979,77	2.159.851,36
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	4.034.137,88	2.950.288,43
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	549.585,94	649.783,42
TOTAL	19.858.154,26	13.416.032,34

18) Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(3.291.687,74)	(2.898.133,22)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.692.827,37)	(1.251.623,65)
Provisões para Operações de Credito	(6.966.868,27)	(2.463.286,09)
TOTAL	(12.951.383,38)	(6.613.042,96)

19) Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	858.107,18	644.238,50
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	1.424.457,84	836.368,36
TOTAL	2.282.565,02	1.480.606,86

20) Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	739.751,37	559.925,72
Rendas de Serviços Prioritários - PF	414.274,75	169.639,22
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	99,80	439,49
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.150.116,03	780.179,02
TOTAL	2.304.241,95	1.510.183,45

21) Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(56.276,52)	(51.685,36)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(946.872,42)	(933.157,36)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.158.352,58)	(910.326,28)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.208.434,36)	(1.015.005,07)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.931.232,92)	(2.428.639,55)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(64.736,98)	(72.209,55)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(29.685,99)	(20.328,19)
TOTAL	(6.395.591,77)	(5.431.351,36)

22) Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(274.582,73)	(196.259,69)
Despesas de Aluguéis	(544.967,87)	(403.738,57)
Despesas de Comunicações	(328.171,57)	(190.970,97)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(119.274,25)	(122.766,35)
Despesas de Material	(105.034,76)	(120.347,20)
Despesas de Processamento de Dados	(668.721,10)	(436.538,12)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(329.164,77)	(118.212,46)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(39.265,00)	(50.611,20)
Despesas de Publicações	(4.365,00)	(2.490,00)
Despesas de Seguros	(139.447,50)	(70.119,18)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.023.985,75)	(747.489,66)
Despesas de Serviços de Terceiros	(302.384,41)	(186.849,56)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(613.159,08)	(450.465,11)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(432.310,42)	(174.686,42)
Despesas de Transporte	(641.771,76)	(749.005,13)
Despesas de Viagem ao Exterior	(1.924,02)	-
Despesas de Viagem no País	(78.331,01)	(113.630,96)
Despesas de Amortização	(242.639,51)	(98.559,76)
Despesas de Depreciação	(642.380,40)	(351.034,04)
Outras Despesas Administrativas	(205.058,15)	(206.682,14)
Emolumentos judiciais e cartorários	(82.914,66)	(23.610,10)
Contribuição a OCE	(13.932,00)	(12.695,00)
Rateio de despesas da Central	(109.704,68)	(245.302,47)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(112.303,70)	(92.910,58)
TOTAL	(7.055.794,10)	(5.164.974,67)

23) Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	9.779,22	-
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	250.175,75	1.429,66
Dividendos	532.024,13	405.622,63
Deduções e abatimentos	27,04	58,65
Distribuição de sobras da central	-	176.932,11
Rendas de repasses Delcredere	36.258,90	3.529,69
Outras rendas operacionais	269.805,31	108.000,00
Rendas oriundas de cartões de crédito	933.827,03	295.743,14
TOTAL	2.031.897,38	991.315,88

24) Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(21.000,00)
Despesas de Provisões Passivas	(484.110,59)	(99.294,67)
Outras Despesas Operacionais	(383.294,35)	(355.678,41)
Descontos concedidos - operações de crédito	(49.042,53)	(84.004,73)
Cancelamento - tarifas pendentes	(118.821,68)	(74.706,91)
TOTAL	(1.035.269,15)	(634.684,72)

25) Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	33.252,12	22.000,00
Ganhos de Capital	152.634,97	-
Outras Rendas não Operacionais	2.097,74	17.325,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(9.771,92)
(-) Perdas de Capital	(178.049,42)	-
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(14.285,60)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(12.910,39)
Resultado Líquido	(4.350,19)	16.642,69

26) Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	6.331.224,44	1,6645%	363.118,83
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	191.062,92	0,0502%	1.135,63
TOTAL	6.522.287,36	1,7147%	364.254,46
Montante das Operações Passivas	4.387.540,00	4,8240%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	32.223,73	6.049,76	1,7882%
Conta Garantida	24.944,88	748,34	0,8794%
Crédito Rural	1.964.998,36	420.852,36	3,6866%
Empréstimo	497.606,63	173.716,47	1,0328%
Financiamento	484.598,15	6.749,98	1,8987%
Títulos Descontados	244.796,86	97.842,04	2,2870%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	385.274,39	0,8215%	0%
Depósitos a Prazo	3.809.829,73	6,6966%	0,3528%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,4852%
Empréstimos	1,3639%
Financiamento	1,0650%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,4610%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	0,5618%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,6552%
Crédito Rural (modalidades)	0,9048%
Aplicações Financeiras	4,8240%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	75.787,15
Crédito Rural	6.430.103,57
Empréstimo	794.160,62
Financiamento	1.609.746,56

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
789.984,96	949.389,46

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(56.276,52)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(946.872,42)
Encargos Sociais	(80.047,25)

27) Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA - SICOOB DO VALE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB DO VALE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

28) Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento

de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29) Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30) Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	23.748.881,79	16.077.671,53
RWA-S5	133.791.266,92	84.287.570,77
ÍNDICE DE BASILÉIA	17,75%	19,07%

31) Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	15.000,00	-	-	-
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	231.659,29	215.540,92	231.659,29	215.540,92
TOTAL	246.659,29	215.540,92	231.659,29	215.540,92

a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período, sendo que os valores equivalentes estão sendo questionada, através de mandado de segurança. Em 25 de novembro de 2005 o Tribunal Regional Federal - TRF 1ª região reconheceu a inconstitucionalidade da revogação do PIS e da COFINS, concedida às sociedades cooperativas. A medida beneficia as cooperativas de crédito impetrantes do Mandado de Segurança ajuizado em 2000. Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão, e ainda se aguarda o resultado do recurso.

b) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB DO VALE**, não existem processos judiciais em andamento nos quais a cooperativa figura como polo passivo, cujo risco de probabilidade de perda foi classificado como "Possível".

32) Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário base.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019, totalizaram R\$ 12.349,21 (Doze mil trezentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavo).

Ana Claudia Cândida Ferreira de Castro
Diretora de Suporte Organizacional

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e Região Ltda. – Sicoob do Vale
Rubiataba/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e Região Ltda. – Sicoob do Vale, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob do Vale em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob do Vale é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Prestação de Contas da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Prestação de Contas da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Prestação de Contas da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório de Prestação de Contas da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 13 de abril de 2020.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Diego Rabelo".

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL




PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CCLA, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e região, no uso de suas atribuições Legais e Estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras e os relatórios da Administração e da CNAC "Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa" relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2019, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do Sicoob do vale, motivo pelo qual somos favoráveis a sua aprovação.

Rubiataba 10 de junho de 2020


Antônio Carlos Sobrinho
Conselheiro Fiscal Efetivo


Neilson Rogério dos Reis
Conselheiro Fiscal Efetivo


Walmir Gonçalves
Conselheiro Fiscal Efetivo
Coordenador

